

Observatório da Oposição

23 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 25

Interferência do PT na Petrobras abre nova crise e prejuízo bilionário



EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

AGRO

3

ECONOMIA

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Interferência do PT na Petrobras abre nova crise e prejuízo bilionário

Revisão estatutária gera perda colossal de R\$ 32 bilhões no delicado momento em que Prates ordenou recompra bilionária de ações

- Em [Comunicado ao Mercado \(23/10/2023\)](#), a Petrobras informa que seu Conselho de Administração aprovou, por maioria, a submissão de proposta de revisão do seu Estatuto Social à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser convocada oportunamente.
- Dentre os objetivos da revisão do Estatuto Social da Companhia, destacamos: excluir vedações para a indicação de administradores previstas na Lei nº 13.303/2016 consideradas inconstitucionais por meio de Tutela Provisória Incidental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.331-DF e a criação de reserva de remuneração do capital.



Descumprimento da quarentena nas indicações políticas para empresas estatais

- Sobre a [ADI 7331-DF](#), trata-se de iniciativa do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), buscando uma liminar, para contestar dispositivos que impõem restrições à nomeação de conselheiros e diretores em empresas estatais.
- Essas restrições abrangem indivíduos que ocupam certos cargos públicos ou que tenham tido envolvimento com partidos políticos ou campanhas eleitorais nos três anos anteriores, estabelecidas no artigo 17, parágrafo 2º, incisos I e II, da Lei das Estatais ([Lei 13.303/2016](#)).
- Pouco antes de encerrar sua atuação no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ricardo Lewandowski suspendeu liminarmente a proibição estabelecida por lei e a revisão estatutária proposta pela diretoria da Petrobras está baseada nessa decisão.
- Contudo, é nossa convicção que essa medida açodada representa um retrocesso, uma vez que compromete o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa que foram introduzidos pela Lei das Estatais.
- Consideramos que o instrumento era uma blindagem necessária a eventuais influências de ordem política nas empresas estatais, em especial, atentando-se para o fato de que o principal beneficiário e maior interessado na saúde econômica destas companhias é o próprio contribuinte.
- Após o funesto período dos governos petistas, a governança das empresas estatais foi fortalecida, levando a um aumento contínuo de sua lucratividade. Isso trouxe benefícios significativos aos contribuintes, eliminando a necessidade de lidar com déficits persistentes, sobretudo, nos governos Dilma I e II.
- Em 2021, livres do domínio petista, as empresas sob controle do governo federal reportaram um [lucro líquido aproximado de R\\$ 188 bilhões, estabelecendo um marco histórico](#).



Potencial dilapidação do patrimônio de contribuintes, aposentados e investidores minoritários

- Sobre o segundo ponto, conforme declaração da Petrobras, a criação da reserva de remuneração do capital teria como finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, antecipações desses proventos, recompra de ações e absorção de prejuízos. Além disso, uma vez cumpridas todas as obrigações supramencionadas, a reserva poderia ser incorporada ao capital social como destinação residual.
- A empresa sustenta que a modificação sugerida não afetaria adversamente a distribuição de dividendos aos acionistas. Entretanto, especialistas em finanças corporativas acreditam haver interesse da empresa em manipular o pagamento de dividendos extraordinários.
- Na prática, a diretoria da Petrobras teria maior flexibilidade para alocar a remuneração devida aos acionistas, incorporando uma incerteza adicional para os indivíduos financeiramente atrelados aos resultados da empresa.
- Lembramos que dentre os maiores alocadores de recursos na Petrobras estão os fundos de pensão, que gerenciam as aposentadorias de milhões de trabalhadores brasileiros, os quais dependem desses proventos para garantir a tranquilidade ao encerrar as suas carreiras.
- Diante das sugestões malfadas propostas, [a Petrobras perdeu mais de R\\$ 32 bilhões em valor de mercado](#), evidenciando a completa desaprovação das medidas anunciadas pela diretoria. Destacamos a seguir algumas reações de especialistas em finanças corporativas:

“

A proposta de criação de uma reserva de remuneração aumenta as incertezas em nossa previsão para o pagamento de um potencial dividendo extraordinário e, adicionalmente, observamos que a proposta deixa espaço para a nomeação de indivíduos politicamente expostos para cargos de gestão”.

Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins,
Goldman Sachs

“

A política de dividendos permanece a mesma, mas a nova reserva, em nossa opinião, pode dar à companhia mais flexibilidade ou não para o pagamento de futuros dividendos extraordinários”.

Gabriel Barra, Citi



A governança deveria estar passos à frente por conta do seu histórico, e não dar passos para trás. Por isso, nossas posições mais neutras em relação (às ações da) Petrobras fazem sentido. Do ponto de vista de dividendos, possivelmente a criação reserva vai mexer com os dividendos extraordinários”.

Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos

- A empresa se manifestou oficialmente no final do dia 23/10/2023, informando ao mercado que, ao invés de uma alteração no estatuto com os reflexos aqui expressos, seria apenas uma forma de “manter o Estatuto Social da Petrobras atualizado”, desafiando a lógica e o bom senso dos que acompanham as notícias sobre a companhia.

Movimentações explosivas em momento delicado após anúncio de recompra de ações

- Em 4/8/2023, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou um Programa de Recompra de Ações de Emissão Própria para ações preferenciais, com o objetivo de manter as ações em tesouraria para posterior cancelamento, sem afetar o capital social.
- O programa está alinhado com a Política de Remuneração de Acionistas em vigor na Petrobras e abrangerá a recompra de até 157,8 milhões de ações preferenciais, representando cerca de 3,5% do “free float”¹ dessas ações.
- Terá um prazo máximo de 12 meses, com a Diretoria da Petrobras definindo a oportunidade e a quantidade de ações a serem adquiridas dentro do limite autorizado. Isso não impactará a estrutura de controle acionário da empresa, considerando que serão consideradas para compra apenas ações preferenciais.
- Curiosamente, no mês de setembro, a Petrobras adquiriu [cerca de 20% das ações programadas para a compra ao longo do período de 12 meses](#). Trata-se de um movimento inesperado, considerando que entre setembro e outubro a empresa chegou ao seu [pico histórico em termos de valor](#), estando as ações da companhia mais caras do que o usual.

¹ Percentual de ações de uma empresa em circulação e disponível para negociação no mercado.

Sinalizações preocupantes de presidente da Petrobras acendem um alerta vermelho para prejuízos futuros

- É relevante mencionar as declarações recentes do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, que indicam o interesse da empresa em reiniciar investimentos por meio de parcerias com a Venezuela e a Bolívia. No entanto, parece que o mandatário olvidou o fracasso dos empreendimentos conjuntos anteriormente promovidos por governos petistas anteriores.
- Na parceria entre a Petrobras e a estatal petrolífera venezuelana, a PDVSA, a Petrobras enfrentou prejuízos na construção da refinaria Abreu e Lima devido a modificações exigidas pela PDVSA. Apesar da ausência de contratos formais, a Petrobras deu início ao projeto com base em protocolos de intenções, originalmente concebido para o processamento de óleo sintético venezuelano.
- No entanto, a PDVSA nunca se envolveu no negócio, deixando a Petrobras com o ônus de readaptar a refinaria para processar petróleo brasileiro. De acordo com o Tribunal de Contas da União, o [prejuízo foi da ordem de US\\$ 14 bilhões de dólares](#).
- Em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu acordo com a Bolívia que resultou em um prejuízo de R\$ 872 milhões para a Petrobras. Após sete anos de negociações, em agosto, a Petrobras pagou US\$ 434 milhões à estatal boliviana YPFB pelo excedente energético do gás natural não utilizado pela Petrobras, conhecido como “gás rico”.
- Naquela ocasião, o [Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União conduziu investigações](#) com relação à alegação de que a Petrobras havia consentido em suportar prejuízos do contrato firmado com a estatal boliviana YPFB. Essa conduta teria como propósito viabilizar transferências financeiras substanciais para o país vizinho, sob a liderança de Evo Morales, que compartilhava afinidades ideológicas com o presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT).

“Vamos colocar a Venezuela no mapa de novo [...] Eles estão muito necessitados de investimentos lá.”
Jean Paul Prates,
Presidente da Petrobras



Nosso time de técnicos finalizou hoje uma bem sucedida missão à Bolívia. Foram discutidas questões relativas ao suprimento de gás natural para o Brasil e, principalmente, condições para novos investimentos em exploração e produção de petróleo e gás no país vizinho com quem temos uma relação histórica e uma infraestrutura de conexão importante como o GASBOL”

Jean Paul Prates, Presidente da Petrobras

Manifestações contrárias de senadores da Oposição

- Os senadores de oposição têm se mostrado incansáveis em sua crítica contundente aos novos desmandos que vêm assolando a Petrobras. Suas vozes se erguem em defesa da transparência, da eficiência e da responsabilidade na administração dos recursos públicos:

Flavio Bolsonaro @FlavioBolsonaro

MAIS UMA FATURA PT PARA O SEU BOLSO!

Hoje os acionistas perderam R\$ 30 bi, amanhã a gasolina aumenta. Tanto os investidores quanto os motoristas estão pagando a conta da incompetência e das más intenções do PT.

Derretendo na Bolsa, Petrobras perde R\$ 30 bilhões em valor de mercado

@Metropoles

8:31 PM · 23 de out de 2023 · 70,1 mil Visualizações

Sergio Moro @SF_Moro

A lei das estatais foi suspensa por liminar de um Ministro do STF. Mesmo sem julgamento pelo Pleno do STF, o Conselho de Administração da Petrobras já se adiantou à Corte e considera a lei inconstitucional. Podia esperar, mas pelo jeito optou por ter a pior governança possível.

Petrobras sobre proposta de revisão do seu Estatuto Social a ser submetida à AGE

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2023 – A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras informa que seu Conselho de Administração aprovou, por maioria, a submissão de proposta de revisão do seu Estatuto Social à Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser convocada oportunamente.

Os objetivos da revisão do Estatuto Social da Petrobras são criar uma reserva de remuneração do capital; explicitar a vedação de cobertura do seguro D&O para administradores da Companhia nos casos de atos evitados de dolo ou culpa grave; excluir vedações para a indicação de administradores previstas na Lei nº 13.303/2016 consideradas inconstitucionais por meio de Tutela Provisória Incidental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.331-DF, em curso perante o Supremo Tribunal Federal, bem como explicitar que, para a investidura em cargo de administração, a Companhia somente considerará hipóteses de conflito de interesses formal nos casos expressamente previstos em lei; estabelecer que as Assembleias de Acionistas da Companhia só poderão ser realizadas de modo parcialmente digital, ficando assegurado aos acionistas o direito de participarem presencialmente; alinhar dispositivos estatutários à legislação vigente e promover outros ajustes redacionais.

O Conselho de Administração também aprovou revisão da Política de Indicação de Membros da Alta Administração e do Conselho de Administração, a ser submetida à aprovação da revisão estatutária correspondente a este tema pela AGE.

A aprovação da revisão estatutária não afeta a aprovação da revisão estatutária correspondente a este tema pela AGE. A reserva de remuneração do capital continua vigente. A reserva de remuneração do capital continua vigente. A reserva de remuneração do capital continua vigente.

O "novo" Governo do PT repete suas velhas práticas. Mais aparelhamento do Estado. Não há surpresa!

Brazil Journal

Petrobras quer mudar estatuto — permitindo indicações políticas e flexibilizando dividendos

8:09 AM · 24 de out de 2023 · 119 Visualizações

Lula tira mais de R\$ 100 milhões da Ciência para favorecer amigos

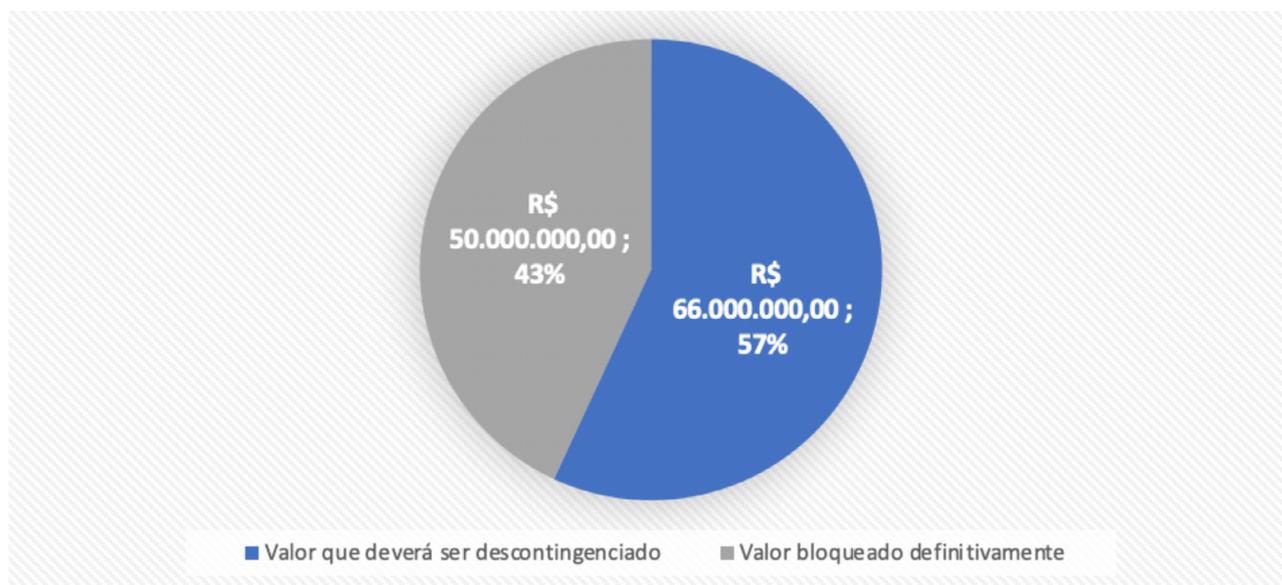
Redução e bloqueio de verbas da Capes prejudicam a pesquisa no Brasil

- A Capes teve um contingenciamento de R\$ 116 milhões em seu orçamento de 2023, sendo anunciado que R\$ 50 milhões não serão recuperados.
- A presidente da Capes, Mercedes Bustamante, expressou preocupação com os cortes e sinalizou que isso pode ter implicações mais graves.
- O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 também prevê uma redução de aproximadamente R\$116 milhões em comparação com 2023. Isso ocorre mesmo após o governo propor um [aumento geral das despesas não obrigatórias na ordem de 8,5%](#) em 2024, o que evidencia o desprestígio dos pesquisadores em formação.



- Apesar de representantes do governo terem manifestado publicamente o apreço do governo Lula pela ciência, observa-se em realidade um cenário completamente diverso, com contingenciamento e cortes orçamentários para o setor.
- Nesse contexto, o governo recebeu críticas da comunidade científica e de senadores da Oposição por suas ações em relação aos cortes na ciência e educação.
- [Segundo dados da Agência Brasil](#), em 2023, houve um contingenciamento de R\$ 116 milhões no orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Apesar de ser uma prática comum na gestão política contingenciar recursos e eventualmente realizá-los posteriormente, o governo já sinalizou que 50 milhões não serão disponibilizados para a fundação.

Contingenciamento do orçamento da Capes



Fonte: [Agência Brasil](#).

- A [Capes](#) é uma fundação pública sediada no Distrito Federal e tem como objetivo principal subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas e no suporte à formação de profissionais de magistério para a educação básica e superior, assim como no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.
- Suas atividades incluem coordenar e avaliar cursos presenciais e à distância, além de conceder bolsas de estudo e auxílios para formação de recursos humanos altamente qualificados, como mestres e doutores.

- Durante uma [reunião realizada em 9 de outubro](#) com representantes da SBPC e de sociedades científicas associadas, a presidente da Capes, Mercedes Bustamante, ratificou a atual situação orçamentária em declínio. Bustamante afirmou que a Capes enfrentou um contingenciamento de recursos de R\$ 86 milhões em agosto.



“Minha preocupação é que esse contingenciamento possa sinalizar o início de algo mais grave”
Mercedes Bustamante,
Presidente da Capes

- De fato, a previsão da presidente da Capes se concretiza com o orçamento da entidade proposto no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, que indica também uma redução de aproximadamente [R\\$116 milhões](#), conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Código	Unidade	LOA 2023	PLOA 2024	Variação
26291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	5.520.210.293	5.403.971.227	-116.239.066

Fonte: [PLOA 2024](#)

- A contradição se acentua ao considerar que o governo Lula propôs um aumento significativo de 8,5% nas despesas não obrigatórias para o ano de 2024. Quando analisamos essas duas medidas em conjunto, torna-se manifesta a ausência de reconhecimento e prestígio atribuídos aos pesquisadores em formação, que são de vital importância para o progresso e a inovação do nosso país.

- Em seus discursos, nas redes sociais e na propaganda partidária, Lula e seus ministros exaltam o papel primordial da ciência e da educação para o progresso da sociedade brasileira. Contudo, no mundo real, prevalecem os cortes e as limitações que surpreendem e desanimam as entidades científicas do Brasil.



- Diante das novas ações do governo, a comunidade acadêmica expressou preocupação sobre o descompromisso do governo PT com o desenvolvimento científico brasileiro. Avalia-se que haverá impacto nos programas de bolsas de estudo, na produção de conhecimento científico e na capacidade das instituições de ensino superior brasileiras de competir internacionalmente em pesquisa e inovação.
- Em [carta aberta](#), o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-graduação (FOPROP), entidade que representa 273 instituições do ensino superior brasileiro, expressou “profunda consternação” e “grande preocupação com

recentes cortes e bloqueios orçamentários” realizados pelo Governo Federal. A carta foi [endossada pelas entidades da ICTP.Br](#).¹

- A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência já havia se manifestado no mês de agosto sobre os cortes anunciados pelo governo nas áreas de ciência, educação e saúde. [Em nota](#), a entidade afirma que “por terem sido compromisso de campanha eleitoral, entendemos que estas áreas devam ser protegidas de cortes e bloqueios”.
- Em contraposição ao governo, senadores da Oposição demonstram forte apoio ao investimento decidido em educação, tecnologia e ciência como meio de impulsionar o desenvolvimento econômico do país e o bem-estar da sociedade brasileira, enquanto fazem críticas contundentes à atual abordagem adotada pelo governo Lula.

“Com os recentes bloqueios, cortes e uma perspectiva muito desfavorável no Projeto de Lei Orçamentária 2024 para a Capes, **fica difícil acreditar no lema “A Ciência voltou”**, pois é justamente no SNPG² onde se encontra o eixo central do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro”.

[Entidades do ICTP.Br](#)



“Há 10 meses, o brasileiro não tem um dia de sossego! A de hoje é esse corte assombroso na Capes, órgão responsável por avaliar, acompanhar, fomentar e induzir cursos de pós-graduação stricto sensu. [...] Em resumo: Está aí o “amor” desse (des)governo pela Ciência!”

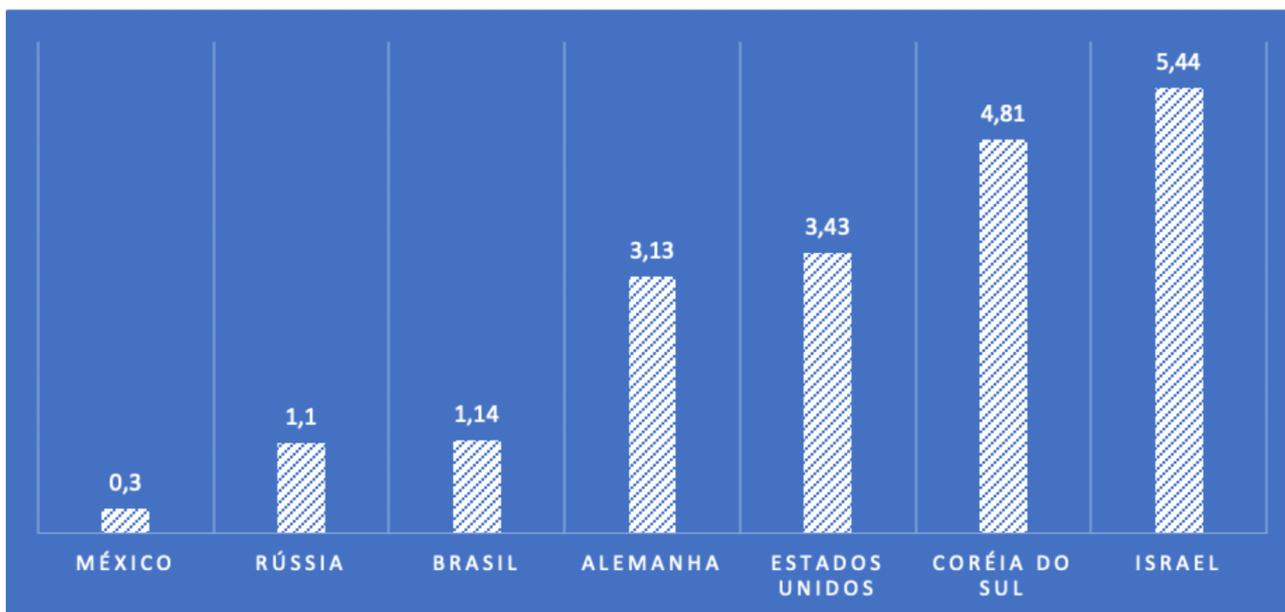
[Senadora Damares Alves](#)

¹ Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.Br), Academia Brasileira de Ciências (ABC); Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (Abruem); Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap); Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti); Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas & Sustentáveis (Ibrachics); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

² Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

- De acordo com o Relatório [“Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação - 2022”](#), o Brasil investiu atualmente cerca de 1,14% do PIB em ciência e tecnologia, enquanto os países que lideram o ranking, Israel e Coreia do Sul, investiram 5,44% e 4,81%, respectivamente.

Dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB) de países selecionados (em percentual)



Fonte: [Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação - 2022](#)

- Isso indica a urgência de elevar consideravelmente os aportes destinados à ciência e tecnologia no Brasil, visando alcançar um patamar semelhante ao dos países líderes mundiais nesse domínio.
- Nesse sentido, foi apresentada a [PEC 31/3023](#),³ que contou com amplo apoio de senadores da Oposição, com o intuito de aumentar gradualmente os investimentos da União em ciência, tecnologia e inovação, estabelecendo um mínimo de 2,5% do PIB até 2033.

³ Senadores da Oposição signatários da PEC 31/2023: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP) (1º signatário), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Alan Rick (UNIÃO/AC), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Romário (PL/RJ), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC), Senador Magno Malta (PL/ES), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).



“Em entrevista, destaquei a importância da pesquisa e desenvolvimento para nossa nação. A tecnologia impulsiona a economia, cria empregos e reduz desigualdades. Com a PEC 31/2023, buscamos 2,5% do PIB em pesquisa até 2033, alinhando-nos aos líderes globais. Vamos juntos!”

Senador Marcos Pontes

- Este empenho tem por objetivo garantir a alocação eficiente de recursos em um cenário no qual o governo está procurando expandir os gastos públicos, às vezes direcionando recursos para áreas com baixa recomendação.
- Nossa perspectiva sustenta que os investimentos em pesquisa e inovação geram uma série de externalidades positivas para o progresso do país. Essas abrangem a formação e a retenção de talentos, o aprimoramento da produtividade nacional e a promoção do desenvolvimento de novas tecnologias, dentre outros aspectos.
- Durante uma audiência pública no Senado Federal, a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais, Sandra Regina Goulart Almeida, compartilhou informações que apontam que um aumento de 1% nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento resulta em um [crescimento de 9,92% no Produto Interno Bruto \(PIB\)](#), destacando assim a crucial necessidade de investimentos nesse setor.



Presidente da EBC é demitido após ofender quem condenou ataques terroristas do Hamas

Em um dos momentos mais sensíveis da história moderna, onde um importante conflito eclode no Oriente Médio deixando milhares de mortos em apenas duas semanas, Hélio Doyle, agora ex-presidente da Empresa Brasileira de Comunicação, repostou a seguinte publicação a respeito do conflito entre o Estado de Israel e o grupo terrorista Hamas:

↻ Hélio Doyle repostado



Carlos Latuff @LatuffCartoons · 13 h

Não precisa ser sionista para apoiar Israel.

Ser um idiota é o bastante.

EVAIR DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

A fala antissionista, corrente extremista que nega o direito de existência ao Estado de Israel, é do chargista e ativista político Carlos Latuff. Latuff possui vínculo trabalhista com o site *Brasil 247*, portal de esquerda financiado pelo presidente Lula.

Doyle estava à frente da EBC desde fevereiro deste ano. Recebeu ao longo dos nove meses como presidente da estatal um salário de R\$ 34.895,78. O ex-presidente da estatal alegou que se referia “aos ataques indiscriminados contra a população de Gaza”.

Antes de repostar a mensagem de Latuff, Doyle havia publicado uma opinião pessoal na mesma rede social afirmando que a grande mídia “pró-EUA” estavam validando “mentira de Israel”, referindo-se a repercussão de veículos de que a explosão no hospital de Al-Ahli, em Gaza, teria sido causada por uma “falha” no disparo de um foguete do Hamas.

Além disso, Doyle também já havia afirmado abertamente defender a existência de um Estado Palestino e disse que as publicações nas redes representam seu repúdio aos ataques de Israel à Faixa de Gaza. Vale ressaltar que só no último dia 7 de outubro, o grupo terrorista Hamas atacou o território israelense, assassinando indiscriminadamente pelo menos 1.400 civis em diversas cidades e fazendo reféns, incluindo crianças.

Uma pesquisa feita pela Consultoria e Pesquisa *Quaest*, sobre a repercussão digital no Brasil dos ataques do Hamas em Israel detectou 10 milhões de menções ao conflito. De todas as postagens, 78% foram categorizadas como pró-Israel.

Na última segunda-feira, 16 de outubro, o diretório nacional do PT divulgou uma resolução sobre o conflito. O texto coloca no mesmo patamar os ataques terroristas do grupo Hamas e as ações de defesa do Estado de Israel. O documento obviamente desagradou a Embaixada de Israel no Brasil, que publicou uma nota oficial em desagravo. Após a nota, o partido político do presidente da república se manifestou, classificando a interpretação do órgão como “falsa e maliciosa”.

Segundo despacho do então juiz Sérgio Moro, hoje senador, o site Brasil 247 recebeu dinheiro público no esquema de corrupção conhecido como Petrolão, ocorrido durante os governos Lula e Dilma, quando bilhões de reais da Petrobras foram desviados para abastecer os cofres de partidos políticos, funcionários da Petrobras e políticos.

Com maioria governista, CPMI ignora omissão de Lula, Dino e G. Dias nos atos de 8 de janeiro



Congresso em Foco

Na última quarta-feira (18), foi aprovado o relatório final da senadora Eliziane Gama, relatora da CPMI do 8 de janeiro. O parecer pede o indiciamento do ex-presidente Bolsonaro e de outras 55 pessoas, entre elas cinco ex-ministros do ex-presidente. O ex-presidente Bolsonaro não foi ouvido pela CPMI e também não foi acusado por nenhum dos vinte depoentes que estiveram presencialmente na CPMI. **Não existe qualquer prova de participação do ex-presidente nos atos do dia 8 de janeiro.**

“Bolsonaro” e “golpe”. Essas foram as duas palavras que mais foram pronunciadas pela relatora e também pela base do governo Lula durante a CPMI. Um tanto quanto contraditório ouvir a palavra “golpe” ao longo dos cinco meses de duração da CPMI, especialmente por saber que nenhum “golpe” de estado foi tentado naquele dia e nem antes. Nenhum tiro foi disparado por parte dos vândalos que depredaram o patrimônio público. Nenhuma instituição da república deixou de funcionar ou foi “tomada”, ainda que momentaneamente por qualquer vândalo ou simples manifestantes que estiveram presentes nos atos de 8 de janeiro.

O próprio ministro da Defesa do governo Lula, José Múcio, em entrevista recente afirmou que “em todos os golpes que você vê na história, vão as Forças Armadas na frente e o povo apoiando atrás. No 8 de janeiro, houve uma absoluta baderna patrocinada por alguns irresponsáveis. Não havia uma liderança. Não havia uma palavra de ordem. Era como se uma agência de turismo tivesse colocado desavisados para irem a Brasília para fazer aquele quebra-quebra. Não havia um líder (...). Não se viu uma nota de nenhum comando militar, uma nota de um general, uma nota de ninguém da reserva. A postura das Forças Armadas foi absolutamente responsável”.

Já esperando um relatório parcial, eivado de mentiras e inconsistências, a oposição elaborou dois relatórios paralelos. O primeiro, feito pelo gabinete do senador Izalci Lucas, e o segundo, produzido em conjunto pelos gabinetes de 8 deputados federais e 8 senadores.

O que mais causou espécie entre os membros da oposição no relatório aprovado pela CPMI foi a ausência dos nomes do presidente Lula, do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, e do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general da reserva Gonçalves Dias, na lista de indiciados.

Todavia, as condutas das três autoridades supracitadas foram discriminadas no relatório elaborado pela oposição. Segundo o relatório, **Lula, o atual presidente da República, deve ser indiciado pelos crimes de Deterioração de Patrimônio Público** (62, I, da Lei 9.605/1998), **Dano Qualificado** (163, parágrafo único, I, II, III e IV do Código Penal) e **Prevaricação** (319 do Código Penal). **Flávio Dino, atual ministro da Justiça e Segurança Pública, deve ser indiciado pelos crimes de Deterioração de Patrimônio Público** (62, I, da Lei 9.605/1998), **Dano Qualificado** (163, parágrafo único, I, II, III e IV do Código Penal), **Prevaricação** (319 do Código Penal), **Desobediência** (330 do Código Penal) e **Abuso de Autoridade** (23 e 33 da Lei 13.869/2019). O **ex-ministro do GSI, general da reserva Gonçalves Dias, deve ser indiciado pelos crimes de Deterioração de Patrimônio Público** (62, I, da Lei 9.605/1998), **Dano Qualificado** (163, parágrafo único, I, II, III e IV do Código Penal) e **Falsificação de Documento Público** (297, § 1º, do Código Penal).

Segundo o entendimento dos parlamentares da oposição, os atos de 8 de janeiro não teriam acontecido sem a omissão e a facilitação por parte de diversas autoridades que não atuaram para impedir a destruição. Especialmente Lula, Dino e G. Dias foram omissos e permitiram a continuidade dos atos para “obter ganhos políticos” e criminalizar movimentos populares orgânicos.

Entre as falas que mais impactaram a credibilidade do relatório final, destacamos a do senador Espiridião Amin. O senador lembrou que o governo federal sonegou informações à CPMI e também protestou contra o fato de que a comissão não tenha ouvido o ministro Flávio Dino. Amin rebateu a fala “sem anistia!”, entoada pela base do governo Lula. “Anistia, esse relatório concedeu ao ministro Flavio Dino”, respondeu o senador.



Senado

As ausências de Dino e também do comandante da Força Nacional de Segurança Pública foram lembradas por Amin. “Não indiciar o ministro do GSI, Gonçalves Dias, que enunciou a frase “Vamos ter problemas” às 08:56 de domingo (8 de janeiro) em conversa com o ex-diretor da ABIN, Saulo Fernandes.

“Os argumentos empregados para dar essas duas anistias bastam para tornar o conjunto da obra prejudicada. Nós não conseguimos trazer o chefe da Força Nacional. Não tivemos o privilégio de trazer o ministro da Justiça e da Segurança Pública. Portanto bastam estas duas flagrantes omissões recidivas para que nós tenhamos que encaminhar um “não” que vai prosperar porque este “sim” vai ter muito pouco valor no futuro. E o “não” vai prosperar na sequência do que a sociedade democraticamente vai apurar e conhecer”.

2 AGRO

As verdadeiras terras improdutivas do Brasil: TCU revela 205.000 lotes abandonados em assentamentos da Reforma Agrária

Após [insatisfação](#) e [ataques contundentes](#) do próprio MST ao governo Lula, fica ainda mais claro que o mais importante para o presidente é utilizá-los como massa de manobra para a difusão da narrativa petista.

A afirmativa fica comprovada pelo [Acórdão 438/2021-Plenário](#) do TCU, que relatou a existência de mais de 205 mil lotes vagos em projetos de reforma agrária, o que representa 17 milhões de hectares em lotes. Este é um demonstrativo crasso de que não existe necessidade de invadir terras no Brasil. Há terras



InfoGlobo



de sobra para quem quer produzir. As invasões são nada mais que movimentos políticos e [criminosos](#) incitados pelo atual governo.

O TCU também observou a existência de 580 mil beneficiários com indícios de irregularidades em todo o País. Os números praticamente não mudaram desde o [Acórdão](#) de 2016.

A tabela abaixo apresenta número aterrorizante. Segundo o TCU, 28% dos beneficiários são funcionários públicos e 26% empresários. Ou seja, mais da metade dos beneficiários já exerce atividade econômica remunerada e não necessitaria de se tornar assentado. Logo, fica evidente que o interesse principal é distribuir terras para recompensar seus afiliados, acima das pessoas com real necessidade e aptidão.

Tabela 1 – Registros de beneficiários do Sipra com indícios de irregularidades.

Irregularidade por unidade familiar Descrição	Ocorrências <u>antes</u> da data de homologação		Ocorrências <u>depois</u> da data de homologação		Ocorrências sem informação de data	Total
	Quantidade	%	Quantidade ¹	%	Quantidade	Quantidade
Concessão a pessoas já contempladas na PNRA	0	0%	0	0%	23.200	23.200
Idade inferior a 18 ou maior que 60	0	0%	0	0%	5.551	5.551
Proprietários com área maior 1 modulo rural	0	0%	0	0%	841	841
Servidores públicos	40.008	28%	104.344	72%	269	144.621
Empresários	16.022	26%	45.942	74%	1	61.965
Estrangeiros	0	0%	0	0%	213	213
Aposentados por invalidez	2.573	26%	7.301	74%	0	9.874
Maus antecedentes	15	7%	203	93%	0	218
Titulares de mandatos eletivos	11	1%	1.006	99%	0	1.017
Falecidos	1.151	3%	36.817	97%	29	37.997
Renda superior a 3 SM*	1.064	4%	20.235	76%	5.317	26.616
Renda superior a 20 SM* – alta renda	0	0%	139	69%	63	202
Portador de deficiência física ou mental	1.775	17%	4.926	47%	3.878	10.579
Local do lote recebido diferente do local da residência	0	0%	248.926	100%	0	248.926
Local do lote fora do Estado de Residência	0	0%	49.901	100%	0	49.901
Sinais exteriores de riqueza - veículos de alto valor	0	0%	0	0%	19.393	19.393
Total	62.619	10%	469.9978	81%	58.818	591.415
Total sem duplicidades						479.695

Fonte: TCU (2006).

Portanto, fica claro que o problema não é falta de terras, mas sua distribuição correta e justa.

3 ECONOMIA

Comissão de Assuntos Econômicos propõe mudanças para a Reforma Tributária

1 Trava Sobre a Carga Tributária:

O grupo de trabalho argumenta que a carga tributária atual é elevada e que um ajuste por meio das despesas é necessário.

Defende-se a adoção de uma alíquota máxima para o IVA ou uma trava que não permita aumento de carga tributária.

O relatório favorece a segunda medida, com trava referente à carga tributária que será verificada em 2023. O Senado Federal ficaria responsável pela fixação das alíquotas máximas e de referência.

2 Imposto Seletivo (IS):

Reforçar o caráter extrafiscal e regulatório do imposto. Para isso, o relatório defende que o IS seja regulamentado por lei complementar, incida sobre uma lista taxativa de bens ou serviços, e que não possa ser modificado por lei comum.

Pretende-se incluir uma avaliação de impacto regulatório trienal sobre o imposto.

De acordo com o relatório, o IS não deveria ser cumulativo, com possibilidade de cobrança monofásica.

Argumenta-se, no relatório, que as operações com energia, telecomunicações e combustíveis não deveriam ser tributadas pelo IS.

Por fim, não poderia-se superar a carga tributária atual de IPI e ICMS sobre os bens que causam externalidades negativas.

3 Imposto Seletivo, ZFM e ALCs

O relatório defende que o IS não seja usado para manter a competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM) e das Áreas de Livre Comércio (ALC). De acordo com o documento, isso deveria ser realizado por meio de incentivos e benefícios fiscais nessas regiões.

4 Regime de Compensação

Como regra geral, deve-se adotar uma compensação de créditos imediata e independente da efetiva verificação do pagamento de impostos na cadeia.

5 Conselho Federativo

Deve-se reforçar o caráter administrativo e operacional, omitindo-se a menção de que o conselho seria “instância máxima de deliberação” do IVA. Seu regime jurídico deve estar delineado na Constituição e em Lei Complementar, com atribuições do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Pede-se, adicionalmente, que para a aprovação de matérias no conselho, pelo menos 75% da população deve estar representada - número superior aos 60% estipulados na Câmara.

6 Regulamentação do IBS e da CBS

Pelo relatório, a Lei Complementar deveria regulamentar ambos os impostos com o objetivo de harmonizar a interpretação dos impostos, considerados “gêmeos”.

Sugere-se que as obrigações, infrações e sanções de ambos os tributos sejam as mesmas.

Argumenta-se que a União deveria poder participar do Conselho Federativo em caráter excepcional em matérias comuns aos tributos.

7 Contencioso e Segurança Jurídica

Sugere-se que o STJ tenha competência para processar e julgar conflitos entre os entes federativos e entre os entes e o Conselho Federativo.

8 Transição

Recomenda-se a redução da transição de 50 para 30 anos. Além disso, IBS e CBS teriam o mesmo período de transição (na redação atual a CBS teria transição mais rápida).

Propõe-se que a retenção de tributos para redistribuição e sua transição sejam redesenhadas para se evitar o “risco-acomodação” dos entes federativos - situação em que a garantia de receitas prejudicaria a arrecadação global.

Aumentaria-se, também, o “seguro-receita” - parcela da arrecadação destinada para os entes com maior queda de receita - de 3% para 4%.

9 Créditos

Propõe-se que os créditos dos impostos extintos sejam corrigidos pelo IPCA. Os tributos federais também teriam os créditos garantidos, para se manter a isonomia dos tributos, e corrigidos.

10 Contribuição sobre Bens Semi Elaborados

As contribuições atuais seriam mantidas até o fim da transição para o IVA (2032).

11 **FNDR e FCBF**

Indica que a União deve ser responsável por estipular o valor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Com relação ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF), aconselha-se que o alcance se limite aos benefícios concedidos até a promulgação da reforma. O prazo máximo de concessão de benefícios deveria estar limitado a 2032.

12 **Simplificação das obrigações acessórias e cidadania fiscal**

Recomenda-se que as alíquotas de IBS e CBS sejam disponibilizadas nas notas fiscais.

Deve-se implementar, por meio de Lei Complementar, regime simplificado de obrigações acessórias.